



Jéssica Aparecida Prandel  
(Organizadora)

# Agroecologia: Caminho de Preservação do Meio Ambiente 2



Jéssica Aparecida Prandel  
(Organizadora)

# Agroecologia: Caminho de Preservação do Meio Ambiente 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A281	<p>Agroecologia [recurso eletrônico] : caminho de preservação do meio ambiente 2 / Organizadora Jéssica Aparecida Prandel. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-016-2 DOI 10.22533/at.ed.162202904</p> <p>1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Ecologia agrícola. I. Prandel, Jéssica Aparecida.</p> <p style="text-align: right;">CDD 630.2745</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Agroecologia: Caminho de preservação do meio ambiente 2 ” apresenta em seus 19 capítulos discussões de diversas abordagens acerca do respectivo tema, que vem com o intuito de potencializar e fortalecer o desenvolvimento sustentável a partir da Educação Ambiental.

Podemos conceituar a palavra “Agroecologia” como uma agricultura sustentável a partir de uma perspectiva ecológica, que incorpora questões sociais, políticas, culturais, ambientais, éticas, entre outras.

Com o crescimento acelerado da população observamos uma pressão sobre o meio ambiente, sendo necessário um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a preservação do mesmo para promover a sustentabilidade dos ecossistemas.

Vivemos em um mundo praticamente descartável e em uma sociedade extremamente consumista. Sendo assim a criação de práticas sustentáveis são imprescindíveis para compreender o espaço e as modificações que ocorrem na paisagem, baseando-se nos pilares da sustentabilidade “ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável”. Neste contexto, o principal objetivo da sustentabilidade é atender as necessidades humanas sem prejudicar o meio ambiente e preservar o nosso Planeta.

Sendo assim, este volume é dedicado aos trabalhos relacionados às diversas áreas voltadas a Agroecologia e a preservação do meio ambiente. Desejamos aos leitores uma profunda reflexão a cerca do tema exposto, que se faz necessária no atual momento em que vivemos.

Os organizadores da Atena Editora entendem que um trabalho como este não é uma tarefa solitária. Os autores e autoras presentes neste volume vieram contribuir e valorizar o conhecimento científico. Agradecemos e parabenizamos a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, a Atena Editora publica esta obra com o intuito de estar contribuindo, de forma prática e objetiva, com pesquisas voltadas para este tema.

Jéssica Aparecida Prandel

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DE TERRÁRIOS COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Távila da Silva Rabelo Natália de Freitas Oliveira Anna Érika Ferreira Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
AGROECOLOGIA, RACIONALIDADE AMBIENTAL E RESISTÊNCIA	
Irma Catalina Salazar Bay Gabriel Stahl Reese Frigo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
APROVEITAMENTO DE MICA EM SISTEMA PRODUTIVO DE RABANETE FERTILIZADO COM BIOFERTILIZANTE BOVINO E COBERTURA COM FIBRA DE COCO	
José Lucínio de Oliveira Freire Maria Nazaré Dantas de Sousa Tadeu Macryne Lima Cruz Ígor Torres Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTOS DA COMUNICAÇÃO POPULAR DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA) NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Diêgo Alves de Souza Kaíque Mesquita Cardoso Paloma Silva Oliveira Daíse Cardoso de Souza Bernardino Leonardo Souza Caires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
CARACTERIZAÇÃO FINANCEIRA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE VARGINHA, RIBEIRÃO BRANCO-SP	
Letycya Cristina Barbosa Vieira Millene Ribeiro Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>47</b>
COMERCIALIZAÇÃO DOS FRUTOS DE JUÇARA (EUTERPE OLERACEA): UMA ALTERNATIVA DE RENDA E DE PRESERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE EM MORROS/MA	
Laura Rosa Costa Oliveira Merval Ribeiro da Silva Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1622029046</b>	



**CAPÍTULO 7 ..... 52**

**DESENVOLVIMENTO INICIAL DA CULTURA DO MILHO EM SOLOS TRATADOS COM ADUBAÇÕES BIOLÓGICA E MINERAL**

Larissa Dione Alves Cardoso

Daniela Freitas Rezende

**DOI 10.22533/at.ed.1622029047**

**CAPÍTULO 8 ..... 58**

**EMERGÊNCIA DE PLÂNTULAS E DESENVOLVIMENTO DE MUDAS DE PORANGABA (*Cordia ecalyculata* VELL.), PROVENIENTES DE FRUTOS EM DIFERENTES ESTÁDIOS DE MATURAÇÃO**

Cristina Batista de Lima

Carlos Alberto Michetti

Guilherme Augusto Shinozaki

Júlio César Altizani Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.1622029048**

**CAPÍTULO 9 ..... 69**

**EVOLUÇÃO BIOENERGÉTICA: MATÉRIAS-PRIMAS PARA A PRODUÇÃO DE BIOETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO**

Jesieli Beraldo Borrazzo

Grace Anne Vieira Magalhães Ghiotto

Viviane Fátima de Oliveira

Viviane Medeiros Garcia Cunha

**DOI 10.22533/at.ed.1622029049**

**CAPÍTULO 10 ..... 81**

**EXTRATOS HIDROALCÓOLICOS DE *Annona squamosa* L. E *Annona muricata* L. (ANONNACEAE) NA MORTALIDADE DE PULGÕES DA FAMÍLIA APHIDIDAE EM MOSTARDA**

Renato de Souza Martins da Silva

Luciana Cláudia Toscano

Gabriel Rodrigo Merlotto

**DOI 10.22533/at.ed.16220290410**

**CAPÍTULO 11 ..... 88**

**FABRICAÇÃO DE PÃO DE QUEIJO COM MASSA DE BETERRABA E RECHEIO DE CENOURA**

Mayara Santos Scuzziatto

Alexsandro André Loscheider

Débora Fernandes da Luz

Anderson Luis Fortine

Lucas Henrique Dos Santos

Henrique Gusmão Alves Rocha

Margarete Griebeler Fernandes

Gustavo Donassolo Toreta

Joelson Adonai Czcza

Douglas Klein

Stéfani de Marco

Gert Marcos Lubeck

**DOI 10.22533/at.ed.16220290411**

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>99</b>
IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO AGROECOLÓGICO PARA PEQUENOS AGRICULTORES SEM TERRA	
Eliana Lutzgarda Collabina Ramirez Abrahão Glécia Virgolino da Silva Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>107</b>
INOCULACIÓN CON <i>Rhizobium</i> SP, <i>Trichoderma</i> SP Y APLICACIÓN DE BIOFERTILIZANTES SOBRE EL RENDIMIENTO DE FRIJOL ( <i>Phaseolus vulgaris</i> L.)	
Llanos Flor de Maria Coaquira Huaríngua Joaquín Amelia Juscamaita Morales Juan Flor de Maria Coaquira Llanos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>117</b>
MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA: NOVAS POSSIBILIDADES NA ESCOLA DO CAMPO	
Gislaine Cristina Pavini Maria Lucia Ribeiro Vera Lúcia Botta da Silveira Ferrante Joviro Adalberto Junior Antonio Wagner Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>129</b>
PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES DA REDE SOLIDÁRIA SISCOS	
Juliana Sobreira Arguelho Rafael Pereira de Paula Jeferson Sampaio da Silva Adriana Costa Matheus Sorato Marla Leci Weihs	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>136</b>
POLINIZAÇÃO DE DUAS ESPÉCIES SIMPÁTRICAS NO CERRADO DE SÃO PAULO, BRASIL	
Alexandra Aparecida Gobatto Maria Neysa Silva Stort Waldir Mantovani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>153</b>
PRODUÇÃO DE FLORESTAS EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	
Paloma Silva Oliveira Kaíque Mesquita Cardoso Anselmo Eloy Silveira Viana Adalberto Brito de Novaes Leonardo Souza Caires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>170</b>
PRODUZIR PARA CONSERVAR: GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – O CASO DO PROJETO AGROVÁRZEA	
Amanda Paiva Quaresma Rozangela Sousa da Silva Yasmin Alves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>176</b>
SOMOS MULHERES QUILOMBOLAS: RESISTINDO E CONSTRUINDO AUTONOMIA EM SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS	
Cristiane Coradin Carla Fernanda Galvão Pereira Islandia Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.16220290419</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>197</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>198</b>

## SOMOS MULHERES QUILOMBOLAS: RESISTINDO E CONSTRUINDO AUTONOMIA EM SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Data de aceite: 17/04/2020

Data da submissão: 03/01/2020

### **Cristiane Coradin**

Universidade Federal do Paraná

Curitiba - PR

<http://lattes.cnpq.br/5837450338611859>

### **Carla Fernanda Galvão Pereira**

Associação dos Remanescentes de Quilombos do João Surá

Secretaria Estadual de Educação do Paraná

Adrianópolis- PR

<http://lattes.cnpq.br/2146021331083215>

### **Islandia Bezerra**

Universidade Federal do Paraná

Curitiba - PR

<http://lattes.cnpq.br/4865110413037344>

**RESUMO:** O presente texto é fruto de pesquisa de campo qualitativa, onde, através da análise da experiência da inserção das mulheres negras no PNAE municipal, buscou-se compreender a inter-relação entre construção de autonomia feminina quilombola, agroecologia e alimentação. Identificou-se a campo que a inclusão sócio-produtiva das mulheres quilombolas em políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional, associadas à iniciação

de processos de transição agroecológica, de educação alimentar e da construção social de circuitos curtos e regionais agroalimentares ecológicos têm assegurado maior autonomia econômica, bem como a formação de novas habilidades e capacidades de agência femininas. Essas subjetividades ativas emergentes têm interferido na ressignificação positivada da alimentação no âmbito escolar e comunitário, da agricultura e das relações de gênero familiares e comunitárias, expressas do maior reconhecimento, na valorização e na visibilidade do trabalho feminino. Outrossim às mulheres apontam para a reivindicação da ampliação do reconhecimento, valorização e visibilização de suas agências individuais e coletivas na produção e na gestão e ações coletivas comunitárias e territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres negras; mulheres quilombolas; agroecologia; segurança alimentar e nutricional

### **WE ARE QUILOMBALL WOMEN: RESISTING AND BUILDING AUTONOMY IN HEALTHY FOOD SYSTEMS**

**ABSTRACT:** This text is the result of a qualitative field research, where, by analyzing the experience of the insertion of black women in the municipal PNAE, we sought to understand the interrelationship between the construction of

female quilombola autonomy, agroecology and diet. It was identified in the field that the socio-productive inclusion of quilombola women in public policies to encourage family farming and food and nutrition security, associated with the initiation of processes of agroecological transition, food education and the social construction of short and regional circuits. Green agri-food products have ensured greater economic autonomy, as well as the formation of new female agency skills and capacities. These emerging active subjectivities have interfered with the positive resignification of school and community food, agriculture, and family and community gender relations, expressed by greater recognition, appreciation, and visibility of women's work. In addition, women point to the demand for greater recognition, appreciation and visibility of their individual and collective agencies in the production and management and collective actions of communities and territories.

**KEYWORDS:** black women; quilombola women; agroecology; food and nutrition security

## 1 | INTRODUÇÃO

A inserção de agricultores e agricultoras familiares<sup>1</sup> nas políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como as experiências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem sido foco de análises em diversos estudos e pesquisas desde meados dos anos 2000. Na sua dupla função, de forma geral, por um lado, essas estratégias (PAA e PNAE) têm incentivado e qualificado melhores condições da reprodução social e cultural, bem como tem promovido uma melhoria nas vidas de homens e mulheres no campo. Para os diversos sujeitos e contextos analisados, algumas pesquisas e análises registram uma melhoria na qualidade da alimentação, seja na quantidade, regularidade e variedade que por sua vez, implicam nos aspectos nutricionais dos alimentos produzidos e consumidos. Seja também na dimensão cultural, na qual são os valores simbólicos que determinam o acesso a uma alimentação culturalmente referenciada se destacam. Alguns desses estudos, visibilizam essas pequenas, porém significativas transformações, nas vidas de indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de insegurança alimentar e nutricional. (BEZERRA, SCHNEIDER, 2012; MOURA,

<sup>1</sup> Agricultura familiar nesse texto se refere à construção sócio-política de si como categoria portadora de direitos políticos específicos a uma diversidade e heterogeneidade de formações sociais rurais, que abrangem desde agricultores e agricultoras quilombolas, indígenas, mestiços, imigrantes europeus, assentados e assentadas de reforma agrária, proprietários proprietárias de pequenos lotes de terra, arrendatários e arrendatárias, meeiros e meeiras, posseiros e posseiras, foreiros e foreiras, entre outras classificações. (NEVES, 2007). Além disso, entendemos que a agricultura familiar se caracteriza pela posse, uso e/ou propriedade dos meios de produção, bem como pelo trabalho de gestão familiar de propriedades e empreendimentos sócio-econômicos rurais, agrícolas e pecuários. Essa formação sócio-econômica resguarda traços de persistência e de mudança com relação a formações sociais camponesas diversificadas e heterogêneas como característica constitutiva das diversidades sociais e culturais de formação social do rural brasileiro (BAUDEL, 2009).

2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017; ALVES E COLABORADORAS, 2018; PIANO, ROSSI, 2018).

Analisados desde uma abordagem racial e decolonial, a partir de Aníbal Quijano (2005) e de gênero, trazendo as concepções de Maria Lugones (2008 e 2014), essas estratégias de políticas e programas públicos podem incentivar a construção social e promover uma maior autonomia social, econômica e cultural, associada à positividade e ao reconhecimento étnico-racial e de gênero tanto dos sujeitos e/ou coletivos que fornecem alimentos, quanto de quem se beneficia destas estratégias (de políticas e programas públicos) e assumem a posição de centros consumidores (como as escolas e/ou demais organizações e/ou instituições da rede sócio-assistencial - como casa lar, casa de passagem, asilos entre outros). Dessa forma, o presente capítulo se situa na esteira de outros estudos realizados pelas autoras Cristiane Coradin (2014, 2018, 2019), inquietações estas que seguem nos processos de qualificação de doutoramento (2020), Galvão Pereira (2019) e também de Islandia Bezerra (2017, 2018, 2019) no que concerne à relação de produção-consumo de alimentos. Nesse estudo específico, buscou-se compreender, desde as agências das mulheres, *se e como* o PNAE tem possibilitado a construção de autonomia das mulheres negras da Comunidade de Remanescentes Quilombolas (CRQ) de João Surá trazendo uma associação direta com a reconstrução ecológica da agricultura e da alimentação, bem como, com a reconstrução da categoria étnico-racial e de gênero comunitária e territorial.

## 2 | METODOLOGIA

A questão principal que se coloca neste ensaio é: *“analisar se e como a inserção das mulheres quilombolas no PNAE tem sido acompanhada da construção de uma maior autonomia econômica e da construção de agências e subjetividades ativas das mulheres negras, em sentido mais igualitário”*. A abordagem se caracteriza como sendo qualitativa e participativa e também, de pesquisa bibliográfica. Dessa forma, pretende-se *“Compreender a inter-relação entre construção de autonomia das mulheres e as transformações das relações de gênero, mediante a construção social de mercados através de experiências das práticas agroecológicas agroalimentares se materializam no cotidiano destas mulheres”*.

De acordo com Minayo(2012, p.21) a pesquisa qualitativa possui uma dimensão simbólica, contextualmente situada, e não abstrata, guardando traços de persistências e de transformações sociais. Para Poupart (2012, p. 216-217) a entrevista no âmbito da pesquisa social seria indispensável “[...] como instrumento que permite elucidar suas condutas na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos

conferem às suas ações”. Para tanto, foram realizadas observações participantes e cinco entrevistas semi-estruturadas em profundidade com integrantes-chaves da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) do João Surá no município de Adrianópolis/PR.

As mulheres entrevistadas serão aqui identificadas por nomes de árvores, seguindo o princípio ético de anonimato. A escolha por esta representação, não por acaso, simboliza toda a força das árvores, algumas, com suas raízes e caules centenários e, que em alguma medida, se faz presente no território que foi lócus desta pesquisa. Como objeto de análise utilizou-se a experiência das mulheres inseridas na produção de alimentos agroecológicos e também de como estas gerenciam o Projeto da alimentação escolar (PNAE municipal) em execução desde 2017 e encerrado em 2019 pela Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos do João Surá. Dessa forma, através dessas entrevistas foram analisadas as narrativas das mulheres, e feitas possíveis correlações com os sentidos e os significados que elas atribuem a essas experiências (de produção de alimentos e inserção no PNAE) com sua autonomia econômica e subjetiva, simbólica, bem como suas conexões coletivas no âmbito comunitário e territorial.

### **3 | ALIMENTAÇÃO NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES; SOCIAIS, ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SIMBÓLICAS**

Renato Maluf (2007) identifica que a partir dos anos 1990 foram realizadas diversas ações e reflexões sobre a questão da fome, alimentação e pobreza, processos que engendraram a construção social do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil e dispara a criação de uma agenda de ações e políticas públicas, centralmente viabilizadas a partir da criação do Programa Fome Zero em 2002, e de sua continuidade, expressa na recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003. A partir desta trajetória, em 2010 - mediante o Decreto 7272 - se criou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que tem como uma das diretrizes a “[...] promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (BRASIL, 2010).

É neste contexto que o PAA (em 2003) e o PNAE (mediante a Lei 11.947/2009) surgiram. Ou seja, tais estratégias materializaram as reivindicações históricas das organizações e/ou coletivos que representam uma importante parcela da população responsável pelo abastecimento local e regional e assim, conduzir movimentos que potencializam outra relação entre o que se produz e o que se consome (BEZERRA, SCHNEIDER, 2012), seja na mesa de casa, seja nas mesas das escolas. Para

Bastos (2006) a execução da política pública tem implicações sociais ao criar formas de resistência e cooperação. Desse modo, são as mudanças de procedimentos no transcorrer dos acontecimentos que vão definir as escolhas possíveis, as oportunidades e as realizações, retroalimentando o processo.

Ao longo desses anos de execução, para além do critério de utilização de - no mínimo 30% do recurso - para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, o PNAE passou a incentivar [3] aspectos relacionados à inclusão sócio-produtiva de mulheres, de quilombolas, de povos originários, assentados e assentadas de reforma agrária e de jovens rurais, os quais passaram a constituir os grupos prioritários da ação. Dentro disso, também o caráter ecológico, orgânico do produto a ser fornecido também passou a compor um indicador diferencial de pontuação para seleção de instituição fornecedora (FNDE, 2020).

Essas distinções de categorias sociais por critérios de desigualdades social, racial e de gênero tem o intuito de minimizar e quiçá erradicar desigualdades sociais de forma interseccional (HIRATA, 2014), selecionando, por critérios socialmente mais inclusivos os titulares de direitos (de acesso às políticas públicas) e os fornecedores e, principalmente, fornecedoras para o PNAE, às quais tem experimentado mudanças nos seus cotidianos (social, econômica e alimentar) que respondem de forma positiva no ser e se fazer sujeitos políticos. Tal assertiva, pode ser constatada nas análises de Coradin e Denardin (2018) cujos apontamentos destacam que tanto as desigualdades sociais, quanto às exclusões sociais desses programas (e políticas, como no caso do PNAE) têm impactado mais as mulheres de classes sociais menos capitalizadas, negras, indígenas, assentadas e acampadas de reforma agrária. Além disso, a oferta de preços diferenciados para produtos orgânicos também tem sido apontada nesses estudos como relevante categoria na promoção de processos de transição agroecológica.

Ao referir-se a categoria gênero nesse texto, entende-se o mesmo como sistemas sexo-gênero culturalmente situados. Segundo Scott (1995) “o uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade” (p. 07). Dessa forma, Scott (1995) enfatiza o caráter histórico, social e cultural dessas identidades as quais, segundo elas, precisam incluir a des-dicotomização e des-binarização circunscrita nos corpos, nos sexos e na diferença sexual, em sentido mais igualitário e democrático. A desconstrução de desigualdades de sexo-gênero passa pelo estímulo a transcendência do espaço e do trabalho doméstico, bem como pelo estímulo a participação em atividades públicas e coletivas, pela construção de autonomia econômica e de autoestima. O que também passa redefinição equitativa e mais igualitária de práticas cuidado, bem com pelo incentivo, valorização e reconhecimento material e simbólico das mulheres, dos trabalhos realizados por



elas, bem como pela erradicação de toda e qualquer forma de violência contra a mulher, como condição de construção de igualdade de gênero (LAURETIS, 1994; LUGONES, 2008; 2014). Isso somente se torna possível na medida em que as mulheres desenvolvem agências, entendidas como liberação de capacidades de ação e subjetividades ativas, como condições de fala, expressão e ação individual e coletiva frente à dominação masculina (LAURETIS, 1994; LUGONES, 2008).

A interseccionalidade entre raça, classe e gênero (HIRATA, 2014) implica em reconhecer o caráter duplo ou triplo das desigualdades a que mulheres de classes sociais populares e negras são submetidas ao mesmo tempo. Além disso, visto desde um olhar decolonial, Maria Lugones (2008; 2014) propõe problematizar a categoria gênero como categoria constitutiva da colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005). Para ela, a produção de desigualdades de gênero foram estruturais para o estabelecimento da colonização das Américas e persistem até os dias atuais, como categoria constitutiva da moderna colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005).

Essa colonialidade do poder, do saber e do ser se constitui através da negação das identidades, dos conhecimentos e do ser dos sujeitos colonizados, que se produzem como ausências e inexistências. Dessa forma, negros e indígenas se constituem como inexistências ou condições sub-humanas através dos processos de colonização, onde a categoria mulher negra inexistente como expressão de cidadania humana. Essas representações simbólicas longe de terem sido erradicadas por meio dos processos de independência dos Estados Nacionais, permanecem sendo atualizadas e ressignificadas até os dias atuais, como formas de reprodução de processos de exploração e dominação materiais e simbólicas. Dessa forma, ações e políticas sociais afirmativas tornam-se imperativos na construção de uma noção de cidadania negada às mulheres negras.

No que se refere a agroecologia e gênero Siliprandi (2015; 2018), destaca o papel pró-ativo das mulheres na construção política da agroecologia no Brasil e na América Latina, com ênfase no protagonismo político das mulheres na construção de marcos conceituais e na institucionalização de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Estudos recentes no campo de gênero e agroecologia (SILIPRANDI, 2015, 2018; PAULILO e BONI, 2017) esclarecem que embora a agroecologia esteja criando melhores possibilidades de construção de subjetividades ativas e agências femininas, esses processos ainda guardam diversas desigualdades de gênero, sendo a não divisão equitativa e igualitária do trabalho doméstico a principal problemática identificada.

Neste texto, toma-se como referência o termo agroecologia, tal como conceituada por Miguel Altieri (2009, p. 23) :

[...]uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e à sociedade como um todo. Ela utiliza o agroecossistema[5] como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, econômicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2009, p.23).

Stassart et. al. (2012) admitem a construção conceitual do termo agroecologia como processual e em construção, dessa forma entendem que os sentidos e significados das agroecologias devem ser buscado do interior e através das experiências. Ao analisar as relações sociais em processos de construção de experiências agroecológicas e a sociedade Brandenburg(2012) argumenta que a ecologia se estabelece na agricultura como uma categoria constitutiva da construção da racionalidade socioambiental. Esta racionalidade comporta práticas, subjetividades, identidades e ruralidades que associam elementos sociais e ecológicos. Dessa forma, para além de uma transformação sócio-técnica, a agroecologia é compreendida como uma transformação de práticas, identidades e subjetividades as quais, ao mesmo tempo em que transformam agriculturas, ecologias, transformam territórios, identidades e subjetividades de sujeitos, cujos sentidos e práticas precisam ser buscadas no interior de cada grupo social.

No âmbito das transformações alimentares que esses processos possam veicular, as autoras Rubia Giordani, Islandia Bezerra e Mônica Anjos (2017, p. 433) argumentam que “[...] as escolhas pautadas no produzir e consumir alimentos estão radicadas na sociedade”. E, é exatamente, por este motivo, que não se pode negligenciar as inúmeras influências, sejam estas concebidas, determinadas e/ou construídas socialmente, nos processos de análises sejam quais dimensões forem (se social, cultural, econômica, política e alimentar).

Convém fazer referência, portanto, à concepção que se tem de SAN no Brasil. Segundo o relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2007, p. 7) a Segurança Alimentar e Nutricional incorpora a Soberania Alimentar (Sobal) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como princípios fundamentais e define SAN como sendo “(...) a realização do direito de todos e **todas** ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente” (**grifo nosso**). Para tanto, considera as dimensões - alimentares e nutricionais - que estão envoltas do sistema alimentar (local, regional, nacional e global) como sendo fundantes para os processos que possam viabilizar transformações nos campos materiais e simbólicos do produzir e do comer.

Ao referenciar a Soberania Alimentar como sendo “o direito de cada povo definir suas próprias políticas agropecuárias e em matéria de alimentação, a proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e mercados domésticos a fim de

alcançar metas de desenvolvimento com sustentabilidade” tal como defende a Via Campesina Internacional (2015) é necessário, no entanto, refletir sobre quais as estratégias estão disponíveis para que seja possível materializar a SAN, conectada aos princípios da SOBAL e do DHAA, sem perder e vista o que preza - em essência - o movimento internacional da Via Campesina. Para Leão e Maluf (2012) a experiência brasileira de construir (e implementar) de forma conjunta políticas e programas, nos quais governo e representantes da sociedade civil - mediante as instâncias de controle social caminharam juntos - tais como o PAA e o PNAE - concretizaram a construção de uma agenda pública da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e assim, creditam ao Estado a sua responsabilidade de criar e implementar políticas públicas que garantam os direitos fundamentais do ser humano.

Partindo de uma análise mais restrita, voltada especificamente à política pública da alimentação escolar (PNAE) é conveniente trazer elementos que possam subsidiar algumas análises no cenário da pesquisa em tela. Esta assertiva se vale do “comer” como sendo algo para além do nutriente (nutritivo) ou ainda para além do simbólico (que tem a cultura alimentar como referência). Na verdade, toma como pressuposto o “comer como um ato político”. Que reverbera no fazer agricultura (plantar e colher de forma agroecológica), no ato de cozinhar (preparar e processar alimentos/ingredientes) e por fim no comer (o que comer? quando comer? com quem comer? por que comer?), já que o aproveitamento biológico do que se come - nutrientes - é uma consequência de tais atos.

Para Giordani, Bezerra e Anjos (2017, p 435) [...] é nesse sentido que a agroecologia oportuniza uma permanente análise crítica da realidade, tornando possível uma transformação em torno da alimentação que, por sua vez, transcende o meramente biológico e nutricional. As autoras avançam nesta reflexão quando apontam:

Associa-se, assim, a agroecologia às novas relações com a natureza, e não mais a sua exploração e expropriação, que, ao longo dos anos, têm sustentado o avanço do capitalismo. A produção do alimento agroecológico aciona diferentes redes de sentido, como a integração e a dependência com o espaço; e o conceito ampliado de saúde, que envolve um bem-estar que se completa na tomada de consciência em relação à necessidade de integração sociedade-natureza. São discussões em que o alimento é referido como comida de verdade, potencialmente produtiva de significados que extrapolam a função biológica e nutricional. É nessa perspectiva que se trazem o conceito do bem viver e seus desdobramentos imediatos, como o bem e bom comer (GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017, p 434).

Vários são os estudos que visibilizam o PNAE como sendo uma estratégia real e possível de atuar nas diferentes dimensões da vida em sociedade: social, cultural, econômica, política, ambiental e climática, alimentar e nutricional (LEÃO E MALUF, 2012; BEZERRA, 2016; PEREZ-CASSARINO, BEZERRA, COSTA E SILVA,

2016, MOURA, 2017, GIORDANI, BEZERRA E ANJOS, 2017; PIANO, ROSSI, 2018; RIGON, BEZERRA, 2014). Dessa forma, esse estudo dá ênfase às identidades, associadas à produção do território, dos circuitos curtos e regionais agroalimentares ecológicos, em inter-relação a construção de autonomia das mulheres quilombolas, como forma de melhor compreender tais experiências.

Essas ações podem ser compreendidas como estratégias econômicas que são mediadas por relações sociais, subjetividades e culturas, e [...] “adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte [...]” (Maluf e Wilkinson, 1999, apud Maluf, 2004, p. 06), as quais podem ser entendidas como a criação de circuitos curtos e regionais de comercialização, correspondendo às novas demandas urbanas em expansão. Circuitos curtos e regionais agroalimentares indicam que haja de um no máximo dois intermediários entre produtores e consumidores, visando minimizar distâncias entre produtores e consumidores, bem como reduzir apropriações de remunerações dos agricultores por terceiros. Dessa forma, nesse estudo a construção das agências das mulheres na produção e na gestão do PNAE também é compreendida como uma ação de construção social de mercados.

#### **4 | MULHERES QUILOMBOLAS DO JOÃO SURÁ: TERRITÓRIO, AGRICULTURA, ECOLOGIA E ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO PNAE MUNICIPAL**

A formação social da Comunidade Remanescente de Quilombos João Surá remete à a exploração da mão de obra negra vinculada a exploração de minérios de ouro de aluvião praticadas na bacia hidrográfica do Alto Vale do Iguape (CARRIL, 1995). Sendo que a Etnogênese desse grupo étnico ocorreu somente no início dos anos 2000, através da auto-identificação e do reconhecimento público como CRQ, dando início ao processo de titulação de suas terras. Essa comunidade obteve seu reconhecimento como CRQ em 2008, possui hoje 50 famílias é composta por três núcleos, João Surá, Poço Grande e Guaracuí.

Para Arruti (2006), a etnogênese dessas Comunidades contempla dois processos principais: um primeiro no qual ocorre o reconhecimento do grupo na esfera pública, o qual concebe que os conflitos tomem uma dimensão pública e reverberam em direitos mais amplos, e um segundo momento destinado à “[...] auto-identificação do grupo de acordo com o novo enquadramento categorial, o que implica o grupo passar a reconhecer que o desrespeito a que está submetido é parte constituinte (eventualmente constituinte) de sua identidade coletiva” (ARRUTI, 2006. P. 44).

O lugar do território quilombola é um espaço de vida, onde as mulheres têm suas práticas, sua forma de viver, que respeitam a sua ancestralidade, suas orações, do respeito da convivência com a comunidade e a sua convivência direta

com a terra que mantêm as gerações que vivem nesse lugar. Ter o território e reconhecimento das terras do quilombo constitui imperativo para a manutenção da vida das mulheres, da cultura e de suas relações. É nesse lugar que se constroem as relações sociais e familiares e constituem a vida em comunidade, a organização das famílias na associação para a manutenção da vida no quilombo e para a luta de seus direitos, sua reprodução cultural e social utilizando o conhecimento e a inovação de práticas geradas para que sejam transmitidas pela tradição; estimulando assim a manutenção da cultura.

É nesse Lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflitos e as tendências da sociedade global. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema outra dimensão, nesse caso o lugar enquanto construção social, abre perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo os processos de apropriação do espaço (LABUR, 2007, p. 22). De acordo Labur (2007, p. 22), “[...] o lugar enquanto construção social abre perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”.

A Associação dos Remanescentes de Quilombo de João Surá (ARQJS) foi fundada em 2005 para atender os requisitos jurídicos para acesso de Políticas Públicas, com objetivo de administrar, prestar serviços e pautar as demandas dos moradores da comunidade para o poder público. Através dessa Associação, os quilombolas puderam começar a obter acesso a diversas políticas públicas, tais como o Programa Brasil Quilombola, habitações sociais, equipamentos sociais, além de reivindicar acesso à saúde e à educação, tornando-se importante espaço de organização social da vida coletiva desses sujeitos. Passando também a partir de 2017 a acessar o PNAE Municipal.

No de 2017, os moradores e as moradoras que fazem parte a associação RQJS, decidiram participar do Projeto do PNAE, essa decisão evidenciou-se como um desafio à organização da produção de alimentos na comunidade. Essas entregas estipuladas no projeto deveriam abranger 10 (dez) famílias fornecedoras de alimentos, para beneficiar quatro Colégios Estaduais, sendo eles Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, Colégio Estadual do Campo Porto Novo, Colégio Estadual do Campo Selbmann e o Colégio Estadual Santa Bárbara no município de Adrianópolis.

O projeto é composto por 10 (dez) famílias. Desse total, cinco possuem a certificação de orgânicos e cinco ainda não. Desse total de 10 famílias, seis são conduzidas por mulheres, todas certificadas como orgânicas. A organização e a participação das mulheres para obtenção do volume e diversidade de produtos a serem entregues se mostrou fundamental para o êxito do projeto. Toda a comunidade passou a enxergar que eram principalmente as mulheres que atuavam diretamente nos plantios nas suas propriedades, fato que demonstrava toda a sua luta diária

voltada para sustento das suas famílias, resultando assim em uma situação de SAN. Os membros e membras da associação enxergaram então nessas produções diversificadas dos quintais cultivados pelas mulheres uma possibilidade de produzir excedente para entrega nos Colégios, bem como uma possibilidade de gerar renda e autonomia monetária para essas famílias. Dessa forma, as mulheres quilombolas agricultoras passam a assumir a centralidade do fornecimento da diversidade e do volume de produtos demandados pelo PNAE municipal.

Esse estudo corrobora outros realizados recentemente sobre esse tema (PAULILO, 2016), onde identifica-se que culturalmente as mulheres rurais e camponesas são as que mais têm se dedicado ao policultivo de quintais e hortas, com vistas à garantia de subsistência familiar, assegurando assim a SAN de suas famílias. Estudos recentes sobre mulheres e agroecologia (SILIPRANDI, 2015; PAULILO e BONI, 2017), também identificaram que parcelas significativas de experiências de transição agroecológica tem se dado através da valorização monetária e simbólica desses quintais e hortas diversificadas, cultural e historicamente cultivados pelas mulheres camponesas, o que ao mesmo tempo, os quais passam então a ver visibilizados e valorizados material e simbolicamente, o que ao mesmo tempo tem contribuído na produção de maior autonomia das mulheres, intervindo na qualificação da condição camponesa local e na transformação de relações de gênero rurais em sentido igualitário.

As fornecedoras do PNAE hoje tem entregado para essas quatro escolas frutas, verduras e legumes variados, sendo os principais cebolinha verde, couve, abobrinha, mandioca, berinjela, espinafre, pepino, chicória, alface, acelga, almeirão, berinjela, cará, cenoura, couve-flor, chuchu, Inhame, melancia, milho verde, repolho, tomate cebola de cabeça, batata doce, abóbora, laranja, limão, jabuticaba, abacate e banana. Segundo relatório administrativo da associação foram entregues para os colégios estaduais cerca de 15.046,22 Kg de alimentos.

Através do PNAE estas mulheres têm conseguido produzir uma variedade de alimentos capaz de abastecer - em quantidade e variedade - a mesa de casa e a mesa da escola, contribuindo assim para o aumento da renda familiar “... *é bom né, a gente, porque no caso assim a gente tem alguma coisa que vai fora, então se conseguir entregar lá é melhor, porque não vai fora*” (Laranjeira, pesquisa de campo, 2019.). As rendas obtidas, segundo elas, tem contribuído com a construção de maior autonomia econômica, o que está vinculado à sua maior capacidade de intervenção na sua reprodução social e de suas condições camponesas, às quais acabam por investir em uma melhor habitação, vestimenta e alimentação da família, conforme referencia o relato de Guacupari abaixo:

S: a gente não faz essas contas, mas a gente acaba gastando em comida, uma

roupa que às vezes precisa comprar. [...] E ajuda na compra [do mercado]. (Guacupari, pesquisa de campo, 2019).

Algumas afirmam a importância da transição e da certificação ecológica, para a garantia de melhores preços aos alimentos entregues ao PNAE, o que segundo elas, valoriza - mediante este pagamento diferenciado - o seu trabalho cotidiano nas hortas e quintais, ainda que se forma incipiente, mas que certamente as incentivam a seguir suas produções com base nos princípios da agroecologia, conforme se observa no relato abaixo:

[...] a diferença é que ajuda né. A banana por exemplo antigamente era um preço bem baixo me lembro na época era uns 3 reais, quando vinha atravessador, e depois que foi abraçado na AOPA, pegou um valor melhor nas caixas da banana. [...] Aproveita, sempre está mandando (Guacupari, pesquisa de campo, 2019).

As rendas obtidas através desse projeto são geridas pela família, o que envolve um cálculo camponês<sup>2</sup> misto (CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2008), onde se busca equilibrar despesas domésticas e produtivas, sem que, ao mesmo tempo nem as mulheres e nem seus maridos receberam e se apropriem individualmente dessa remuneração. Na pesquisa de campo realizada em 2019, tivemos esta constatação: Entrevistadora: e quem manda no dinheiro da casa? Guacupari: “os dois né. Tem casal que divide, aqui não tem isso não”.

Com a implementação do projeto em 2018, no primeiro momento foram realizadas diversas reuniões, para pensar melhores formas de planejar as entregas dos alimentos. Pode-se dizer que estas entregas só foram possíveis graças ao apoio da gestão municipal, uma vez que esta viabilizou a logística com caminhão para o transporte. No decorrer do projeto diversas mulheres se envolveram no processo de gestão, assumindo presidência e tesouraria da associação, na organização e planejamento da produção nas propriedades até o local de recebimento e pesagem dos produtos, das entregas nas escolas fazendo notas e romaneios, carregando os caminhões, fazendo diálogos com os parceiros.

Para o processo de organização para entrega dos alimentos era necessário realizar as reuniões em diversos espaços coletivos da comunidade, neste sentido, a igreja, a escola, nas casas das famílias, onde elas se encontravam, a pauta era “as entregas para o PNAE”. Nestes momentos, dialogavam sobre as necessidades, os desafios a serem superados e as potencialidades que elas no território ofereciam. De forma coletiva reconstruíram suas formas de pensar e agir para tomar as melhores decisões no território quilombola. Isso fez com que essas mulheres saíssem de suas

---

<sup>2</sup> Para Chayanov (1974), o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção/consumo/bem estar/trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos contextos.

atividades cotidianas - que se limitavam ao trabalho doméstico - e tomassem o protagonismo no projeto do PNAE.

A inserção das mulheres quilombolas no PNAE municipal através da Associação do João Surá, se constrói a partir da valorização da produção agrícola feminina e da construção de maior autonomia monetária, mas também se amplia para aspectos relacionados ao incremento da agência das mulheres na gestão produtiva, financeira, social e política comunitária desse projeto de PNAE. Isso cria condições para a emergência de subjetividades ativas que vão tensionando papéis sociais e representações simbólicas binárias e hierarquizantes de sexo-gênero, expressos na transcendência do espaço doméstico, na ruptura com representações simbólicas que dicotomizam espaços físicos, materiais e simbólicos culturalmente vinculados ao feminino, de forma invisibilizada e desvalorizada, possibilitando a liberação e a construção de novas capacidades cognitivas e simbólicas femininas, expressas em não mais se abster de falar em público (por vergonha ou timidez), a contabilizar (aprender a lidar com as ferramentas disponíveis para facilitar a gestão), se organizar coletivamente e negociar politicamente do projeto como demonstra o relato abaixo:

[...] é porque a gente vai tendo os conhecimentos. Por exemplo, você pega um compromisso para cuidar, parece que você aprende mais. [...] E eu vejo que foi uma grande importância, porque se a gente não fizer mais reunião da associação, desses projetos, as coisas vão tudo por água baixo[...] nós não temos oportunidade da gente poder produzir as nossas coisas para vender. Porque foi através da associação que abriu a oportunidade para nós. [...] Eu penso comigo muita coisas melhorou, até hoje eu tenho dificuldade de falar ainda, a gente precisa aprender muito mais, mas hoje a gente consegue até brigar um pouco! (Guacupari, pesquisa de campo, 2019).

Esse conjunto de agências e subjetividades ativas e coletivas intervém também na positivação da identidade da mulher negra quilombola, aprofundando construções da etnogênese desse grupo social, o que se expressa na emergência da expressão, da fala, na valorização e no reconhecimento do seu trabalho, como agricultoras e como mulheres negras, produtoras e gestoras comunitárias de alimentos saudáveis, ecológicos e territorialmente situadas.

Na dinâmica social do executar o projeto também ouviu-se relatos da preocupação das mulheres com a saúde, por isso a importância da alimentação saudável - em casa, mas também nas escolas da comunidade. As mulheres têm afirmado que os alimentos da cidade têm vindo “envenenados” e a inquietação de não saber a origem desses alimentos, causa preocupação com futuro de seus filhos e netos. A Partir dessas inquietações, elas também vão se despertando para a agroecologia no território, assumindo assim o protagonismo de produzir e abastecer suas casas e também as escolas com alimentos saudáveis e que comungam com o princípio do DHAA.



Esse senso de preocupação com a alimentação aqui compreendido como a emergência de uma noção de um cuidado maior, que por sua vez, envolve o sistema alimentar local. O cuidado, de acordo com Joan Tronto (2007) é uma atividade que foi culturalmente vinculada de modo negativo às mulheres e ao gênero feminino, como atividade inferior e invisível, em detrimento das atividades praticadas pelos homens, no domínio do espaço público e por isso mais valorizados. Segundo ela o cuidado significa:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso 'mundo' para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável (Fischer & Tronto, 1990 apud Tronto, 2007, p. 287) .

Esse cuidado, segundo Tronto, possui quatro momentos distintos que o caracterizam como um movimento de trabalho duplo entre oferecer e receber cuidado: [...] cuidar de si, importar-se com, oferecer cuidado e recebê-lo (TRONTO, 2007, p.288). Nesse estudo utiliza-se a noção de cuidado alimentar, por compreendê-lo integrado às relações sociais que permeiam a produção, colheita, circulação, comercialização, distribuição, processamento e preparo, consumo e, por fim, o aproveitamento biológico de alimentos. Todo este sistema vincula a agricultura e a alimentação e, por conseguinte, à nutrição, sejam em níveis locais, regionais, nacionais e globais. A agroecologia, desde às agências e experiências das mulheres, tal como propõem Stassart et. al (2012) e Brandenburg (2012), assume esse caráter de cuidado, por implicar e se basear em noções de preocupação tanto com a saúde do corpo-território da terra, quanto com a saúde dos corpo-territórios não somente das mulheres, mas de seus filhos, famílias e territórios locais.

À medida que os sistema alimentar global adentra à cultura alimentar de um povo, ameaça, não apenas o componentes cotidiano do ato de se alimentar e alimentar aos demais a partir das preparações típicas. As ameaças são ainda mais severas na dimensão da soberania alimentar - que vai desde à produção de alimentos até o consumo. Sobre esta assertiva, convém mencionar Giordani, Bezerra e Anjos (2017) quando analisa os riscos e ameaças aos modelos alimentares que carregam consigo o simbólico (e concreto) “bem e bom comer” fazendo uma analogia ao “bien vivir” ou “bem viver. As autoras, refletem sobre o atual e hegemônico modelo de produção e consumo de alimentos e afirmam que

[...] as práticas na alimentação contemporânea permeadas pela mercantilização do alimento, cuja produção em larga escala denota uma relação artificial e mediada pelo capital, resultando, assim, em um consumo de produtos alimentícios criados (e, às vezes, forjados) pelo segmento da agroindústria alimentar a partir de matérias-primas oriundas de uma produção agrícola baseada em monocultivos – essencialmente, milho, soja e trigo – com elevado uso de agrotóxicos, por

sua vez, fortalecidos pela utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs), cujas alterações biológicas seguem um discurso do aumento necessário da produtividade com o propósito de viabilizar a redução da fome no mundo (GIORDANI, BEZERRA, ANJOS Giordani, 2017, pg. 434-435).

Para Andrade de Matos (2019), esses novos parâmetros alimentares, tem se refletido na perda de conhecimentos, saberes, pratos típicos e gostos da culinária quilombola, bem como incrementado o uso e consumo de alimentos não saudáveis, tais como alimentos externos produzidos com agroquímicos, enlatados e ultraprocessados, tais como bolachas de trigo, etc. colocando em risco e ao mesmo tempo, colonizando esse cuidado agroalimentar, uma violação explícita aos princípios do DHAA e também da soberania alimentar.

Esse processo tem sido acompanhado pela redução de parcelas significativas de famílias e áreas de produção agrícola e pecuária camponesas e tradicionais quilombolas, em virtude dos diversos ‘cercamentos territoriais’ os quais a Comunidade João Surá hoje está submetido, tais como avanço de fronteiras de fazendeiros locais sobre cultivos de roçados e perda de área produtiva e de biodiversidade pelo avanço de áreas de monocultivo de *pinus*. Frente a tais adversidades, várias famílias têm desistido de realizar cultivos tradicionais, buscando empregos não-agrícolas e fora do seu território.

Em meio a estes (e outros desafios), estabelecem-se preocupações coletivas com relação interferências que essas perdas produtivas camponesas associadas à construção de novos hábitos alimentares capazes de comprometer a reprodução social dessas condições camponesas, à cultura alimentar local e à saúde comunitária (e ambiental) quilombola. Um exemplo típico é o arroz, tipicamente produzido no quilombo (FIDELIS, 2011), e que serve para fazer cuscuz. Esse prato é feito com arroz caseiro e crioulo. No entanto, em oficina de campo, observou-se que com o uso do arroz convencional de mercado a receita não teve a mesma consistência (ANDRADE DE MATOS, 2019), o que tornou a produção desse cuscuz no ambiente escolar inviável.

Além disso, essa autora também identificou que através da inclusão na alimentação industrializada e processada moderna, “[...]o gosto alimentar tem se modificado no quilombo” (ANDRADE DE MATOS, 2019, p. 11). Mediante tal cenário, diversas medidas têm sido tomadas pelos moradores locais, cuja agência feminina tem sido central, na tentativa de por um lado incentivar a retomada das produções agrícolas camponesas tradicionais e ecológicas e por outro incentivar a assunção da construção de estratégias que podem promover práticas alimentares saudáveis e que tragam em sua essência a produção ecológica, fortalecendo assim sua alimentação culturalmente referenciada pautada na valorização da culinária quilombola, seja esta em casa, ou mesmo no ambiente escolar.

Dentro desse contexto, a opção por identificar-se e de se assumir como uma mulher quilombola agroecológica, passa também por tomar a iniciativa na construção social de circuitos curtos e regionais alimentares por meio do PNAE, reivindicando assim, o fim do racismo institucional. Tal movimento, tem sido fundamental para viabilizar outros circuitos de comercialização como as feiras livres visando o fornecimento de alimentos ecológicos para a sua comunidade local. De fato, esta experiência tem ultrapassado os limites sócio-técnicos da produção agrícola, ou da alimentação cotidiana do corpo-território, apontando para a necessidade de internalizar as noções de preocupação e de cuidado, tanto com o corpo, como com o território (CABNAL, 2010;2015). Para ilustrar esta assertiva, de forma simples e objetiva a entrevistada Laranjeira afirma: “ [...] é o alimento saudável, porque que nem nós temos o arroz, o feijão e o cafezal. Então é uma coisa que a gente faz pela comida. E o açúcar é açúcar mascavo. E a saúde também até fica melhor” ( pesquisa de campo, 2019).

Apontando para aspectos materiais e simbólicos coletivos e territoriais de emergência de construção de uma racionalidade socioambiental ‘feminina’, que diz respeito por um lado à uma preocupação com a produção e o fornecimento comunitário de alimentos saudáveis e ecológicos, produzidos desde às culturas produtivas locais (FIDELIS, 2011) e por outro, em um senso de preocupação com a alimentação ecológica, saudável e produzida em nível de comunidade vinculada à positivação e valorização da ancestralidade e da cultura alimentar do grupo, tal como estudado por Andrade de Matos (2019).

Nesse bojo, o PNAE municipal assume papel central. Assegurado pelas agências e experiências das mulheres quilombolas, garante tanto o fornecimento da produção quanto na gestão desse projeto, possibilitando maiores incrementos comunitários e territoriais vinculados a conservação do cuidado agroalimentar com os corpo-territórios de si mesmas, das crianças das escolas, de suas famílias e comunidades, bem como o cuidado com a Terra. O que se expressa na ampliação da produção camponesa diversificada quilombola tradicional e ecológica, e na valorização e no incentivo ao consumo de alimentos diversificados e vinculados à conservação da cultura alimentar do grupo:

[...] eu acho que foi um diferencial que trouxe as mulheres. Essa gestão agora, por exemplo, a maioria são mulheres. E são as mulheres que sempre nas reuniões cobram e incentivam mais a questão da produção. A questão do projeto mesmo, eu acho que se não fossem elas, não tinham tocado esse projeto. [...] : é um grupo pequeno, mas esse grupo pequeno elas são bem ativas. Que elas que estão puxando mais. Eu vejo que os homens são mais pessimistas e elas são mais otimistas. Que elas seguram a rédeas, não vamos tocar. (Chapéu de Sol, pesquisa de campo, 2019).

Para além do PNAE e como um de seus desdobramentos, elas também vem organizando uma vez por mês uma feirinha local de alimentos, onde quem produz (as mulheres) e quem consome (em geral, também são as mulheres que mais frequentam este espaço) se encontram comprar, trocar e partilhar. Nessa experiência, as mulheres também têm assumido papéis centrais, seja na produção, na organização ou no consumo dos produtos oriundos da feira. Espaços este que também tem se tornado ambiente de reconstruções alimentares, em sentido decolonial, ecológico, saudável e culturalmente referenciados,, tal como expresso na fala da entrevistada Laranjeira.: “[...] foi bom, eu gostei, porque daí as pessoas se animam né. Eu gostei da feirinha.[...] Eu gostei e as pessoas que compraram gostaram dos meus produtos, então isso é bom para a gente.[...]” (Laranjeira, pesquisa de campo, 2019). Os produtos a que essa entrevistada se refere são açúcar mascavo, farinha e beiju de mandioca, mamão e cebolinha, todos produtos ecológicos e produzidos a partir de saberes-fazeres situados da cultura local do grupo, por ela guardados também, e expressos na arte de *saber fazer beiju, torrar a farinha e de produzir o açúcar mascavo*.

Esses processos apontam para ações de decolonialidade do ser. Expressas na valorização de si mesmas como sujeitos de direitos e de cidadania vinculada à produção, alimentação e saúde comunitária e territorial. Também, de decolonialidade do saber, expressas na valorização da agricultura tradicional quilombola e ecológica, ou seja, no cuidado com o corpo-território da Terra, associada à valorização da culinária e do saber fazer a alimentação quilombola. E ainda, de decolonialidade do poder, expressas na descentralização da produção e do consumo de produtos convencionais e pelo incentivo à descentralização do sistema alimentar mediante à construção de circuitos curtos e regionais alimentares e ecológicos, expressos na produção e no consumo local de produtos locais, tradicionais e ecológicos produzidos pelas agricultoras quilombolas locais, seja através da sua inserção no PNAE, ou do fortalecimento da sua associação, bem como, da sua capacidade organizativa de conduzir as feiras locais.

Outro aspecto fundante que dimensiona a importância desta experiência é, na medida em que estas mulheres desenvolvem agências e subjetividades ativas que lhes tornam capazes de tensionar e romper com os espaços domésticos, estereótipos binários e hierarquizados de sexo-gênero, passam também a assumir protagonismos sociais na gestão do PNAE e na gestão dos projetos de interesses comunitários, pautando tanto no âmbito da agricultura quanto da alimentação a noções de cuidado.

Por fim, embora note-se avanços, é importante destacar que elas apontaram como um dos principais desafios a valorização tanto de seus quintais produtivos, das produções diversificadas e de pequena escala que praticam, quanto os trabalhos coletivos que executam no âmbito da Associação e da gestão do PNAE. Esta valorização passa tanto pelo espaço doméstico (companheiros, filhos e filhas),

quanto no espaço público (sociedade em geral, bem como os agentes das políticas públicas). Sobre esta assertiva convém mencionar o relato de Guacupari “[...] nós termos bastante desafios ainda, sei lá eu acho que as pessoas precisavam ser mais valorizadas, mais respeitadas, pelo que a gente pede” (Guacupari, pesquisa de campo, 2019). Sinalizando que a construção da autonomia feminina quilombola associada à etnogênese do grupo social, embora encontre nesses programas potenciais positivadores, ainda encontra diversos limites materiais e simbólicos a serem ultrapassados.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início dos anos 2000, políticas programas e programas públicos de promoção de SAN e da agricultura familiar têm contribuído com a qualificação socioeconômica e cultural de condições de vida no campo. Dentro dessas estratégias, destaca-se o PNAE. Esta política passa a ser uma das mais importantes ações de SAN, por articular de forma intrínseca - mesmo considerando todos os limites e desafios a serem superados - a produção e o consumo de alimentos saudáveis e culturalmente referenciados. O PNAE se constitui como dispositivo que dispara diferentes movimentos sociais, culturais, raciais e étnicos. Nesse sentido, torna-se possível a agencia coletiva do PNAE municipal ao longo dos anos de 2018-2019 pela CRQ do João Surá, protagonizada pelas mulheres da Associação de Remanescentes de Quilombos do João Surá.

À medida em que ingressam na produção e na gestão do PNAE através da Associação, elas constroem coragem e confiança em produzir alimentos saudáveis, cuidar de suas famílias, de suas propriedades e tomar decisões coletivas. Isso tem se dado através da valorização monetária de quintais produtivos femininos, ao mesmo tempo em que tem possibilitado reconstruções alimentares no âmbito das escolas beneficiárias e da comunidade, tendendo a ampliação da valorização da culinária quilombola, associada princípios de alimentação saudável e ecológica.

Outrossim, como desafios, notou-se que embora as mulheres agenciem essas ações coletivas, esse trabalho ainda permanece sendo pouco reconhecido, visibilizado e valorizado. Dessa forma, elas apontam para a necessidade de maior visibilidade, reconhecimento e valorização da produção dos quintais e das pequenas escalas que praticam, por entendê-las como responsáveis por assegurar a diversidade da variedade dos alimentos constituintes do cardápio das escolas. Bem como destacam a relevância de maior valorização e reconhecimento do trabalho que realizam na gestão do projeto de PNAE e da Associação comunitária, entendidos como importantes ações que mantêm a sobrevivência comunitária e que reafirmam a mobilização social coletiva pelo território.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.
- ALVES, L. M.; ALVARENGA, C.; CARDOSO, E.; CASTRO, N.; SAORI, S.; TELLES, L.. **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. . Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.
- ANDRADE DE MATOS, G. Entre sabores e saberes: comidas típicas da Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. TCC. Licenciatura em educação do Campo. UFPR. Matinhos, 2019.
- BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S.. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 20, jan./jun. 2012.
- BEZERRA, I.. Agroecologia no prato, saúde no corpo (e no meio ambiente): a luta diária pela soberania alimentar. In: Jornada de agroecologia – cuidando da terra. cultivando a biodiversidade. colhendo soberania alimentar. terra livre de transgênicos e agrotóxicos. construindo um projeto popular e soberano para a agricultura, 15., 2016, Londrina, Paran.. Anais... Londrina: [s.n.], 2016.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A, D, D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume. 2012.
- BRASIL. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2010.
- CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**, ACSUR, 2010, p. 11-25.
- \_\_\_\_\_ Corps-territoire et territoire-terre: le féminisme communautaire au guatemala. Entretien avec Lorena Cabnal. In: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2015-2-page-73.htm>.
- CARRIL, L.F. Terras de negros no Vale do Ribeira. 1995. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de São Paulo, 1995.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CORADIN, C. Racionalidades tecnoburocráticas e quilombolas: integração da comunidade córrego das moças ao PAA. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.
- CORADIN, C.; DENARDIN, V. . Dinâmicas de comercialização ecológica e desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira Paraná. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 25, p. 112-129, 2018.
- CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Relatório da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea, 2007.
- FIDELIS, L.M. Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia. **Cadernos CERU**, São Paulo, v.22, n.1, p. 57-72, jun. 2011.

FNDE. PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. acesso em 02 de jan. 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1. 2014. p.61-73

LABUR. C., Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero (trad. Suzana Funk) In: HOLLANDA, H, B. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rocco, Rio de Janeiro, 1994. p.206-242.

LVC – LA VIA CAMPESINA. Declaración Foro Internacional de Agroecología. Via Campesina, 12 mar. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/6syWMs>>.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. A construção social de um sistema público de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília, 2012. ABRANDH.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, jul.-dic. 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. P. 935-952.

PEREZ-CASSARINO, J.; BEZERRA, I.; COSTA e SILVA, L.. Alimentos ecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. **Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó/SC. Argos/Unichapec.,2016.

MALUF, R.S.J. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, 2004.

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOURA, I. F.. Antecedentes e aspectos fundantes da Agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Org. SAMBUICHI, R. H. R. e colaboradores. Brasília, Ipea, 2017.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F.. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Org. SAMBUICHI, R. H. R. e colaboradores. Brasília, Ipea, 2017.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

PAULILO, M.I.S. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Editora UFSC. Florianópolis. 2016.

PAULILO, M. I. S.; BONI, V. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In: Delgado, G.C. Bergamasco, S.M.P. (Org's.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. P. 398-417.

PIANO, C. M.; ROSSI, C. E.. Programa Nacional de Alimentação Escolar e o atendimento à cultura alimentar em municípios do Paraná. In: **Abastecimento Alimentar: Redes Alternativas e Mercados Institucionais**. Org. PEREZ-CASSARINO, Julian e colaboradores. Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde:

UNICV. Chapecó/SC, 2018.

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLASCSO, 2005, 117-143.

RIGON, S.; BEZERRA, I.. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. **Revista Demetra**: Alimentação, Nutrição e Saúde, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.

SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: FE-UFRGS, v. 20(2), jul./dez, 1995.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

\_\_\_\_\_ Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R et. al.(ORG). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. BRASIL, 2017. P. 278-294.

STASSART, P. M. et al. L'agroécologie: trajectoire et potentiel pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. In: VAN DAM, D.; STASSART, P. M.; NIZET, J.; STREITH, M. **Agroécologie entre pratiques et sciences sociales**. Dijon: Educagri édition, 2012

TRONTO, J.C. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Jéssica Aparecida Prandel** - Mestre em Ecologia (2016-2018) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Erechim, com projeto de pesquisa Fragmentação Florestal no Norte do Rio Grande do Sul: Avaliação da Trajetória temporal como estratégias a conservação da biodiversidade. Fez parte do laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental da URI. Formada em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2014) e pós-graduada em Docência no Ensino Superior (2020). Em 2011 aluna de Iniciação científica com o projeto de pesquisa Caracterização de Geoparques da rede global como subsídio para implantação de um Geoparque nos Campos Gerais. Em 2012 aluna de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com projeto de pesquisa Zoneamento Ambiental de áreas degradadas no perímetro urbano de Palmeira e Carambeí (2012-2013). Atuou como estagiária administrativa do laboratório de geologia (2011-2013). Participou do projeto de extensão Geodiversidade na Educação (2011-2014) e do projeto de extensão Síntese histórico-geográfica do Município de Ponta Grossa. Em 2014 aluna de iniciação científica com projeto de pesquisa Patrimônio Geológico-Mineiro e Geodiversidade- Mineração e Sociedade no município de Ponta Grossa, foi estagiária na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no Departamento de Patrimônio (2013-2014), com trabalho de regularização fundiária. Estágio obrigatório no Laboratório de Fertilidade do Solo do curso de Agronomia da UEPG. Atualmente é professora da disciplina de Geografia do Ensino Fundamental II e Ensino Médio e da Rede pública de ensino com o curso técnico em Meio Ambiente. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Educação, Geoprocessamento, Geotecnologias e Ecologia.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura alternativa 11, 14, 30

Agricultura familiar 18, 38, 46, 99, 100, 101, 119, 124, 126, 128, 129, 131, 174, 176, 177, 180, 193, 195, 196

Agroecologia 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 29, 30, 31, 38, 45, 46, 47, 86, 87, 99, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 133, 176, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 196

Alimento saudável 191

Análise sensorial 89, 93

Assentamentos rurais 15, 117, 119, 126

### B

Biocombustíveis 69, 70, 71, 72, 77

Biomassa 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77

### C

Comunidade pesqueira 1, 2

Conservação 2, 4, 8, 10, 36, 37, 38, 48, 50, 56, 58, 131, 132, 160, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 191

Crescimento populacional 90

Cultura 5, 28, 29, 30, 32, 33, 52, 54, 55, 56, 69, 73, 74, 76, 77, 81, 83, 85, 134, 139, 154, 161, 163, 174, 183, 185, 189, 190, 191, 192, 195

### D

Democratização 5, 32

Direito humano 182, 194, 195

### E

Economia 14, 17, 35, 46, 47, 49, 77, 98, 130, 132, 134, 135

Ecossistemas 1, 5, 48, 49, 55, 56, 154, 167, 170, 171

Educação 1, 3, 10, 16, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 98, 103, 105, 106, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 153, 159, 176, 185, 194, 195, 196

Educação ambiental 1, 3, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 119, 120, 121, 123, 127

Educomunicação 32, 34, 40

Epistemologia ambiental 11

### F

Formação 29, 32, 39, 40, 42, 123, 125, 126, 127, 176, 177, 184

## **G**

Gestão de unidades de conservação 170, 174

## **M**

Matéria orgânica 56, 68, 69

Meio ambiente 1, 3, 4, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 71, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 135, 171, 173, 189, 194

Movimentos sociais do campo 11, 14

## **O**

Orgânico 22, 25, 86, 101, 102, 180

## **Q**

Quilombos 176, 179, 184, 193, 194

## **R**

Racionalidade ambiental 11, 12, 13, 14

Recursos hídricos 4, 99, 101, 104, 105

Recursos naturais 3, 34, 39, 47, 103, 118, 171, 172, 175

Resistência 9, 11, 12, 13, 14, 15, 54, 82, 87, 180

## **S**

Saberes ambientais 1, 2, 3

Saneamento 38, 120

Saúde ambiental 129

Sustentabilidade 14, 18, 34, 36, 45, 46, 54, 55, 99, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 173, 174, 183, 196

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**